



**PROJETO SOCIAL PARTICIPATIVO:
possíveis ensinamentos do SAAL**
PARTICIPATORY SOCIAL PROJECT:
possible lessons from SAAL

A. Saraiva, P.B. Almeida & T. Marat-Mendes

*ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia' CET-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail:
alexandra.saraiva@iscte-iul.pt*

*ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia' CET-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail:
patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt*

*ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Dinâmia' CET-IUL,
Lisboa, Portugal. E-mail: teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt*

RESUMO

Em Portugal, na década de 1970, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) constituiu um programa habitacional progressista, tendo instituído uma democracia participativa dentro de um quadro colaborativo entre o Estado, especialistas e a população, com o objetivo de solucionar o grave e urgente problema de falta de habitação. Centrando-nos em três casos de estudo [Távora: Prelada (Porto, 1975-1976), Hestnes Ferreira: Fonseca e Calçada (Lisboa, 1974-1988) e Costa Cabral: Pego Longo (Queluz, 1975-1977)], examinamos possíveis reflexos dos percursos prévios destes arquitetos nas suas respetivas propostas de projeto urbano e habitacionais. Baseando a análise em material original, depositado em diversos arquivos e bibliotecas especializadas, o presente artigo oferece uma primeira sistematização da informação recolhida, promovendo uma metodologia de análise da relação entre investigação e prática da arquitetura/urbanismo, desenvolvida e experimentada em Portugal. Por fim, oferecem-se pistas para a recuperação destes projetos sociais participativos, como possíveis modelos a seguir na atualidade.

Palavras-chave: Habitação; SAAL; Investigação; Sustentabilidade; Metabolismo Urbano

Linhas de investigação: 1. Cidade e Projeto

Temas: Planeamento, políticas e governança

ABSTRACT

In Portugal, in the 1970s, the Local Outpatient Support Service (SAAL) constituted a progressive housing program, which instituted participatory democracy and a collaborative framework between the State, specialists and target populations, seeking to solve the urgent problem of homelessness. Focusing on three specific case studies [Távora: Prelada (Porto, 1975-1976), Hestnes Ferreira: Fonseca e Calçada (Lisbon, 1974-1988) and Costa Cabral: Pego Longo (Queluz, 1975-1977)], possible reflections of the previous paths of these architects in their respective urban and housing project proposals. Basing the analysis on original material, deposited in various archives and specialized libraries, this article offers a first systematization of the collected information, promoting a methodology for analysing the relationship between research and the practice of architecture/urbanism, developed and experimented in Portugal. Finally, clues are offered for the recovery of these participatory social projects, as possible models to follow today.

Keywords: Housing; SAAL; Investigation; Sustainability; Urban Metabolism

Lines of investigation: 1. City and Project

Themes: Planning, policies, and governance

1. Introdução

A arquitetura social participativa foi amplamente difundida a partir do final dos anos 1950. Diversos arquitetos e teóricos internacionais, incluindo Giancarlo de Carlo (1919-2005), Colin Ward (1924-2010), John F. C. Turner (n. 1927), e mais tarde N. John Habraken (n. 1928), experimentaram diferentes tipos de relacionamento cliente-arquiteto no sentido de teorizar novas abordagens e leituras para a própria arquitetura, dando maior destaque ao processo e retirando a atenção aos resultados obtidos. Em Portugal, experiências semelhantes tiveram lugar imediatamente após a “Revolução dos Cravos”, em Abril de 1974, através da implementação do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL). É neste contexto que o arquiteto Nuno Portas (n. 1934), investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1º Governo Provisório após nomeação a 16 de maio de 1974, surge como uma das principais vozes e responsável pela implementação deste programa (d’Almeida e Marat-Mendes, 2022). O seu conhecimento da real situação do país (social, política e habitacional), permitiu-lhe enfatizar de imediato a necessária resolução do problema da falta de habitação e da ausência de uma base teórica/científica para dar resposta à resolução do problema. Assim a 31 de julho de 1974, através do Despacho conjunto do Ministério do Equipamento Social e Ambiente e do Ministério da Administração Interna, Portas impulsionou o programa SAAL.

Inicialmente, este programa previa um serviço descentralizado, suportado por brigadas técnicas, em articulação com a população existente, para a construção de novas habitações e de novas infraestruturas, de modo a melhorar as condições habitacionais existentes. O Despacho (de 31 de julho de 1974) salvaguardava possíveis operações de especulação, evitando, sempre que possível, a deslocação dos moradores para áreas mais periféricas. Assim se iniciaram várias operações SAAL no país, sob o lema “Casas sim, barracas não!”.

A convite de Nuno Portas, o arquiteto John F. C. Turner expôs em Portugal, em novembro de 1974, a sua experiência habitacional desenvolvida no Perú, com base no modelo inovador da autoconstrução das *barriadas*, tendo gerado um grande impacto junto daqueles que assistiam ao Seminário das Brigadas SAAL. A resolução da questão do estatuto do solo, a clarificação e a delimitação do objeto das intervenções, as formas de auto-organização dos moradores e as modalidades de financiamento à construção emergiram como as principais temáticas então debatidas.

Dois anos depois, a 27 de outubro de 1976, o Despacho ministerial atribuía a tutela do SAAL às autarquias. À data estavam ativas 169 operações em todo o país, envolvendo o alojamento de 41.665 famílias. Os dados indicavam 2.259 fogos em construção, e a previsão da construção iminente de outros 5.741 fogos. Segundo Bandeirinha (2007) apenas 13% da totalidade dos solos necessários para essas intervenções estava, contudo, disponível, cedido ou expropriado.

No entanto, nenhuma operação foi finalizada no período de vigência do SAAL enquanto serviço da administração central (entre agosto de 1974 e outubro de 1976). Foi então necessária uma adaptação administrativa e processual que, em alguns casos, inverteu ou anulou as formulações iniciais. Consequentemente, muitas operações alteraram o local de intervenção, ou a equipa e o projeto, outras seguiram os mesmos projetos sem o acompanhamento das equipas que os tinham elaborado, outras ainda, acabariam simplesmente por desaparecer.

Passados 50 anos, importa perceber concretamente qual a contribuição da experiência prévia de investigação dos arquitetos no desenvolvimento dos projetos destes bairros. Que ensinamentos e práticas do passado podemos transpor para a atualidade? Que lições de transformações metabólicas no âmbito do espaço doméstico e dos bairros nos proporcionam cada um destes casos de estudo?

Com base no espólio dos três arquitetos em análise, depositado na Fundação Marques da Silva (FIMS), bem como no material arquivado no LNEC e na Ordem dos Arquitetos, analisamos o percurso traçado por cada um, avaliando a possível existência de relação entre o percurso e as respetivas propostas de planeamento urbano e projetos habitacionais no âmbito do SAAL. Esta investigação encontra-se ainda numa fase exploratória, propondo-se aqui a análise da aplicabilidade da metodologia proposta, que inclui visitas aos bairros para registo fotográfico da sua situação atual (em termos de usos e forma construída) e contactos/entrevistas com as respetivas associações de moradores e moradores, no sentido de possibilitar a recolha de informação necessária sobre a existência ou não de alterações ocorridas nestes bairros, e no caso de estas terem de facto ocorrido, na análise e classificação das mesmas, nomeadamente no tocante à construção, aos espaços e aos usos e praticas dos moradores (Shove, 2010).

Para responder às questões colocadas, este artigo estrutura-se em quatro partes. Segue-se à presente introdução, uma secção dedicada à análise de três bairros SAAL: um bairro do SAAL-Norte – Prelada (Porto, 1975-1976) de Fernando Távora (1923-2005); e dois bairros do SAAL/Centro-Sul – Pego Longo (Queluz, 1975-1977) de Bartolomeu Costa Cabral (n. 1929) e FONSECAS e CALÇADA (Lisboa, 1974-1988) de Raúl Hestnes Ferreira (1931-2018). Faculta-se aqui uma breve discussão sobre o percurso prévio de cada um destes arquitetos, nomeadamente no tocante a temáticas de investigação desenvolvidas a nível nacional, mas também uma eventual experiência apreendida no estrangeiro. Na terceira parte assinala-se a metodologia proposta para análise das principais transformações decorridas no âmbito do espaço doméstico e dos bairros, analisando-se quais os seus impactos sócio-ecológicos (metabólico) cujos resultados serão apresentados aquando da apresentação da comunicação. Na última parte expõem-se as principais conclusões desta investigação.

2. Três bairros SAAL

O Programa SAAL foi entendido e concretizado de maneiras diferentes, no Centro e Norte de Portugal, se no Sul os bairros ocupavam zonas periféricas à cidade, no Norte as áreas de intervenção eram geralmente mais centrais ou em zonas consolidadas da cidade.

Contudo as propostas elaboradas no âmbito do programa SAAL por Costa Cabral e Hestnes Ferreira diferiram. A primeira assentou numa tipologia de habitação individual, com a possibilidade de autoconstrução, enquanto a proposta de Hestnes Ferreira desenvolveu-se segundo a tipologia do prédio de habitação.

Quanto à proposta de Távora para o Bairro da Prelada, embora não tenha sido construída – o que impede a verificação das transformações metabólicas no âmbito do espaço doméstico e do bairro –, sabe-se que este propunha uma tipologia de habitação unifamiliar em banda.

2.1 Bairro da Prelada

A participação de Távora em múltiplos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM, 1951-1962) e a sua integração na equipa do “Minho” do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955-1960) (AAVV, 1961) determinaram um conhecimento prévio alargado, no âmbito do domínio da habitação e do território. Localizado numa zona pouco urbanizada da cidade do Porto, ainda essencialmente rural, na Prelada Távora recuperou a ideia de “ilha proletária” (Fernandes, 2010), para garantir continuidade ao espaço urbano (Vieira *et al*, 1976; Costa, 2002).

Távora e a brigada técnica¹ pretendiam que a relação entre recuperação e nova construção, fosse determinante para a preservação e valorização patrimonial² da envolvente (figura 1). Assim, esta correspondeu a uma pequena intervenção no interior de um pátio, recuperando-se uma casa preexistente, propondo-se a construção de nove habitações. Esta noção de um património a valorizar parece-nos evocar a experiência adquirida no Inquérito, e da certeza da existência de uma “Arquitetura tão fluente como rica de pequenos cambiantes” (AAVV, 1961: 5, vol 1). Uniformizando-se as dimensões e aumentando as áreas de cada habitação, a tipologia proposta correspondia a dois T4, cinco T3 e dois T2. A solução proposta previa um piso térreo e um piso superior por habitação (figuras 2 e 3), com uma só frente e vãos abertos para a fachada interior do lote. Nas habitações que deveriam ocupar o edifício principal, foram redesenhadas as divisões interiores, de modo a obter áreas mais equilibradas.

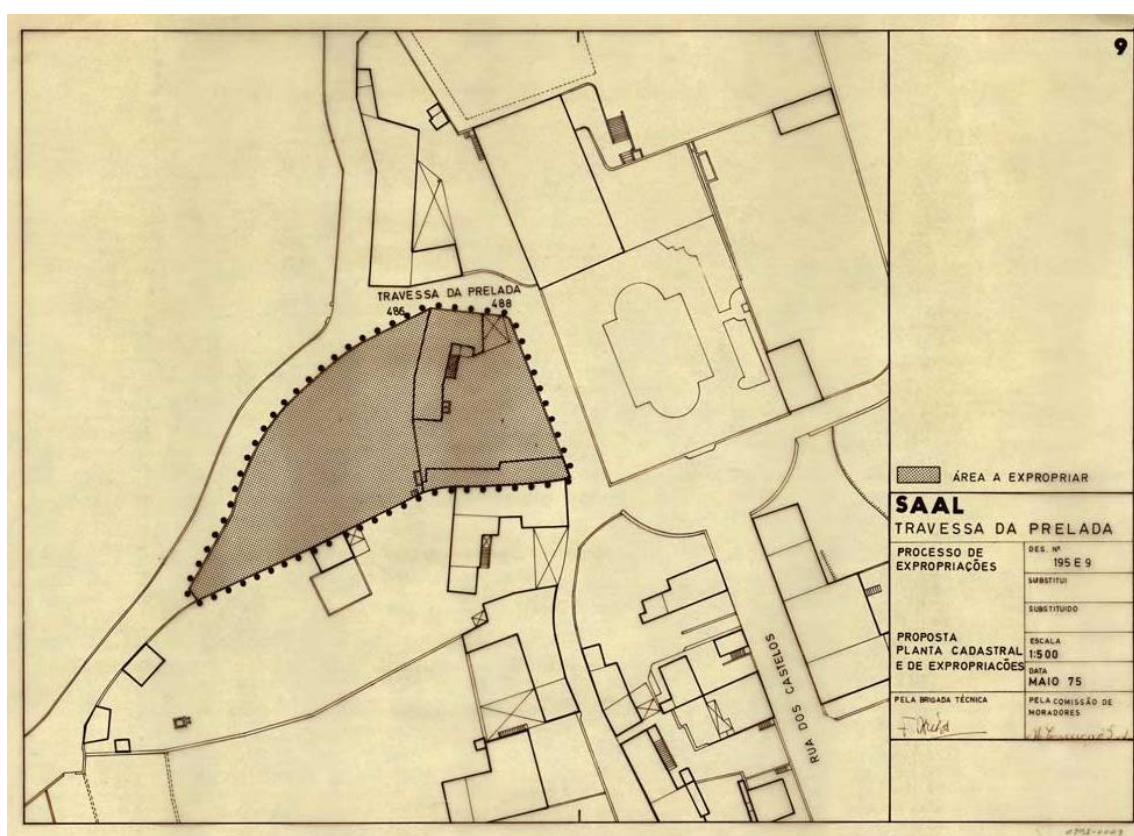


Fig.1- Planta Cadastral e Expropriações. Fonte. © Fundação Marques da Silva, Fernando Távora

¹ Beatriz Madureira, António S. Costa, A. Ramos, J. Soares Malta e J. Diogo.

² O bairro situa-se “a ilhargá da Quinta da Prelada, construção dos meados do séc. XVIII realizada sob o risco do arquiteto italiano Nicolau Nasoni” (Távora, abril 1976).

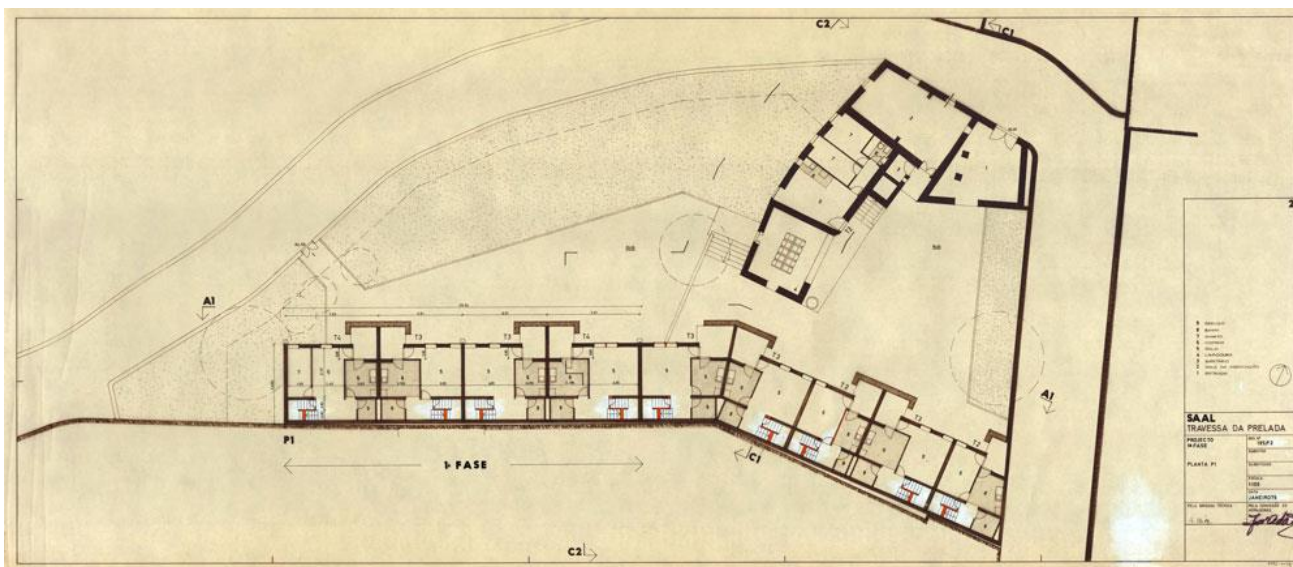


Fig.2- Projeto 1ª fase: Plantas P1. Fonte: © Fundação Marques da Silva, Fernando Távora

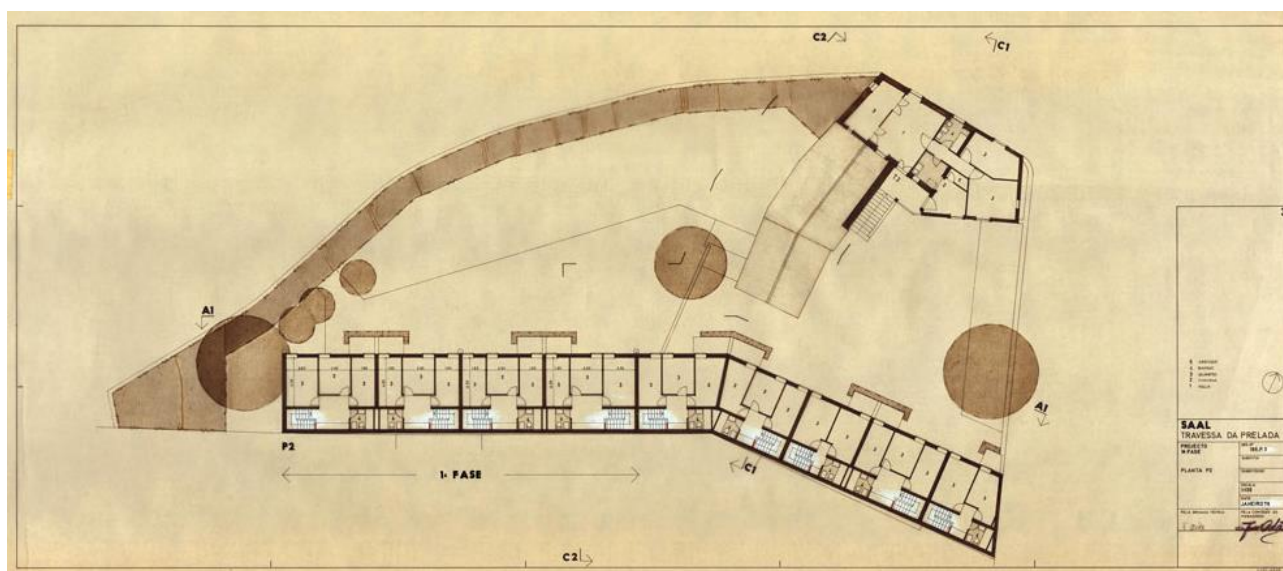


Fig.3 - Projeto 1ª fase: Plantas P2. Fonte: © Fundação Marques da Silva, Fernando Távora

A solução proposta não contemplava espaço exterior privado, garantindo os acessos a cada habitação através de um espaço exterior comum, dividido em dois pátios em cotas distintas garantindo assim a identidade e o sentido de comunidade destas populações.

A intervenção teve início em janeiro de 1975, com a constituição da Associação de Moradores Travessa da Prelada³. O processo de expropriações iniciou uns meses mais tarde, tendo sido concluída a 1ª fase do anteprojecto em janeiro de 1976. Contudo, das 33 propostas SAAL-Norte iniciadas na cidade do Porto, a proposta para o Bairro da Prelada pertence ao grupo das 23 que ficaram apenas pelo projecto (Bandeirinha, 2007).

³ Publicação dos estatutos no D.R. de 76/01/14.

2.2 Bairro FONSECAS e CALÇADA

Integrando o Plano Geral de Urbanização de Lisboa – PGUCL (Plano de Meyer-Heine, 1967), o desenvolvimento dos planos UNOR 15⁴ (1971) para Campolide, e UNOR 40⁵ (1972) para a reestruturação do Esquema Viário Principal que faz a ligação entre Sete Rios, o Hospital Santa Maria e Benfica, foram o motivo principal para a escolha de Hestnes Ferreira como líder da equipa SAAL para Bairro (Saraiva, 2022).

O seu percurso profissional e académico, marcado pela passagem pelo Gabinete Técnico da Habitação (GTH, 1966-1967) e, internacionalmente, pelo estágio que realizou no Instituto Finlandês de Tecnologia (Helsínquia, 1958-1959), investigação que desenvolveu na Universidades de Yale (New Haven, 1962) e o Master que defendeu na Pensilvânia (Filadélfia, 1963-1965), por certo serviram e condicionaram também a sua escolha e opções para este conjunto habitacional (Saraiva, 2011).

O Bairro FONSECAS e CALÇADA (1975-1987) previa, ao todo, a construção de 314 fogos na 1ª fase e 301 fogos na 2ª fase, não se concretizando, construindo-se apenas 355 fogos. Hestnes Ferreira com o apoio da brigada técnica⁶ e duas cooperativas económicas, “Unidade do Povo” e “25 de Abril”, discutiu três hipóteses para a conceção urbanística e tipologia dos fogos. Assim, propunham: 1) casas pátio de um piso (evolutivas para dois pisos); 2) edifícios em banda de dois pisos; e 3) edificações com quatro pisos como limite máximo (para evitar elevadores). A última hipótese foi a eleita pelos moradores. A necessidade de definir o estatuto dos espaços livres (públicos, semipúblicos e privados) no seu equilíbrio com os espaços habitacionais e de equipamento, foi determinante para a solução proposta e para a ocupação do solo. Contra a corrente da maioria das operações SAAL, a população deste Bairro foi perentória quanto à criação de espaço para hortas: “Por favor não prevejam hortas!” (Ferreira, 2007, 5). Esta resposta foi justificada pelo facto de recearem que estes espaços fossem apeteceíveis para a instalação de construções precárias, ajudando a proliferação de núcleos de barracas.

Hestnes Ferreira, contraria a tradicional implantação do lote fechado. Assim, os Blocos A e B, formulam três praças quadrangulares interiores, definindo um espaço público contínuo e pedonal, ligando-o às praças triangulares a norte, obtendo uma configuração diferente e marcante do bairro. Pela localização do Bloco C, num lote autónomo, a configuração é mais tradicionalista, ao encerrar o limite do lote, privilegiando o seu interior com criação de espaço interior quadrangular. Deste modo, impõem uma ordem na edificação dos fogos ao privilegiar a criação de pátios/praças interiores, potenciando a vivência entre moradores.

Orientados por conceitos económicos, fundamentados nos estudos efetuados sobre a capacidade financeira dos moradores, a equipa tentou equilibrar os recursos e os preços das habitações, reduzindo o dimensionamento das circulações, escadas e fogos ao mínimo possível, sem prejuízo do conforto dos moradores. Contudo, à solução normalizada, nas zonas de entrada dos edifícios e nas zonas de canto, proponham-se ainda mini galerias de acesso a um terceiro fogo através da escada comum, como solução de

⁴ Interrompido em 1972 por indefinição camarária.

⁵ A equipa UNOR 40 coordenada por Hestnes Ferreira, os arquitetos Rodrigo Rau e Vicente Bravo, o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles o geógrafo urbano, Jorge Gaspar. Deste plano apenas se construiu alguns troços viários.

⁶ Adelaide Cordovil, Afonso Conde Blanco, Afonso Pissarra, Aminadade Pio, António Assis Freitas, Aurélio Bravo, Carlos Abreu Vasconcelos, Eugénio Castro Caldas, Fernando Silva Pereira, Jaime Pereira, Jesus Noivo, João Luís Carrilho da Graça, Jorge Farelo Pinto, Jorge Gouveia, José de Pina Cabral Trindade, José Ferreira Crespo, Manuel Morim, Manuel Samora, Maria Augusta Henriques, Maria do Rosário Leal, Maria dos Anjos Alves, Mário Martins, Quirino Marques da Silva, Hugo Hugon, Salustiano Santos, Sebastião Formosinho Sanches, Vicente Bravo Ferreira.

compromisso e com sentido de redução dos custos. Durante o processo de desenvolvimento do projeto os moradores rejeitaram as galerias propostas, optando pela definição tradicional de uma escada de acesso aos fogos, associados dois a dois.

O traçado viário existente (Eixo Norte-Sul) e a implantação dos edifícios de habitação, assim como a conceção e modulação dos fogos, foram conjugados de modo a permitir que a execução dos arruamentos avançasse em paralelo com as empreitadas da edificação. Em setembro de 1976, começariam as obras dos edifícios na operação de Fonecas-Calçada. Após a execução dos arruamentos essenciais para a estruturação desta área, foi construído o primeiro conjunto habitacional, o Bloco A, com 82 fogos, em simultâneo com a Escola Primária adjacente (tipo P3), que substitui a velha escola do Bairro da Calçada. Posteriormente foi edificado o Bloco B, com 156 fogos. (figura 4) e por último o Bloco C, com 97 fogos (figura 5). Todos os edifícios, foram concebidos com uma frente para a rua e outra para um pátio interior, sendo o acesso aos fogos em regra realizados a partir do interior dos pátios. Assim, para além do usufruto da rua, havia a possibilidade de utilizar o pátio interior de distintos modos, nomeadamente através da conceção de um anfiteatro ao ar livre.

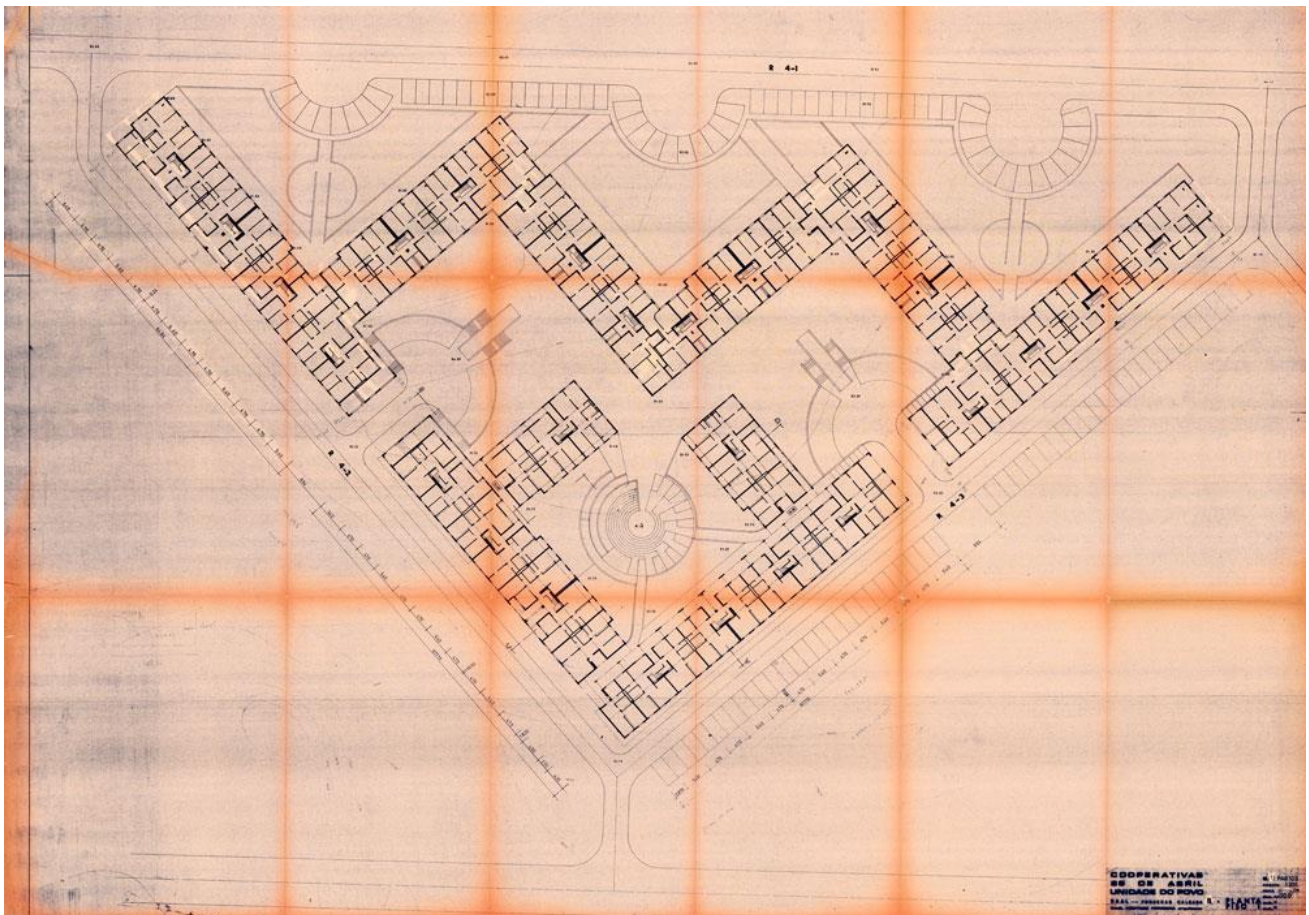


Fig.4 - Planta Piso1 Blocos A e B. Fonte: © Fundação Marques da Silva, Raúl Hestnes Ferreira

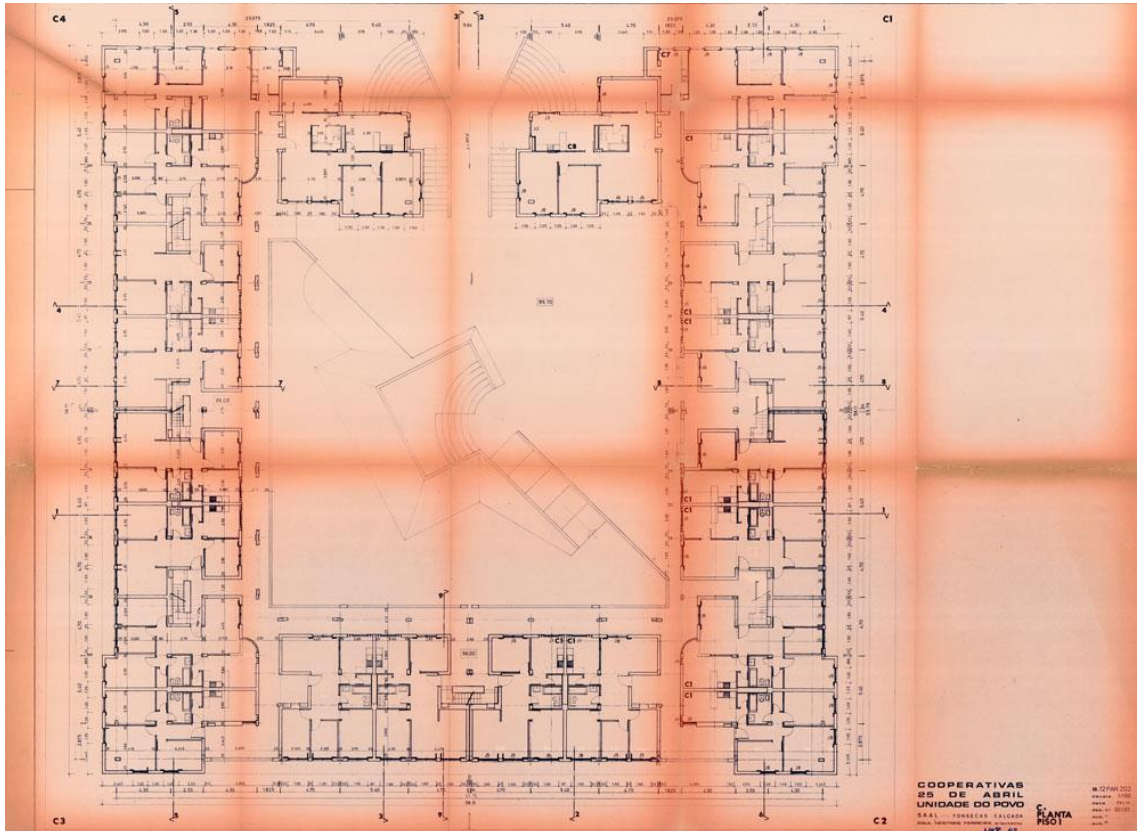


Fig. 5 - Planta Piso1 Bloco C. Fonte: © Fundação Marques da Silva, Raúl Hestnes Ferreira

Hestnes Ferreira, no número 185 da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*⁷, reflete sobre as consequências do SAAL para o futuro da profissão em Portugal, salientado como a classe se tinha adaptado aos novos tempos, pelo facto de se identificarem com o sentido político e social da Revolução (Ferreira, 1976: 58-59). Entende-se que Hestnes Ferreira defendia que o futuro de Portugal dependia da evolução social e política, mas também da vontade de construir para as pessoas de uma forma participada, respeitando a condição de cada indivíduo (Saraiva, 2018).

Hestnes Ferreira reconhece que os aspetos fundamentais do habitar se centram na vivência doméstica. Defende opções de adaptabilidade, através de uma adequada conceção estrutural e de um cuidadoso dimensionamento, permitindo alterar a disposição das zonas de dormir e de estar, quer em função do uso: comum/privado; quer em termos temporais: dia/noite.

2.3. Bairro Pego Longo

Os estágios que Costa Cabral desenvolveu no *Centre Scientifique et Technique du Bâtiment* (Paris, 1962), no *London County Council* (Londres, 1965) e no LNEC (Lisboa, 1967) por certo influenciaram o seu modo de entender a investigação e de projetar o espaço habitacional (d'Almeida et al. 2022). Através de Nuno Teotónio Pereira (1922-2022), Costa Cabral experienciou em Portugal o movimento cooperativo, na Federação das

⁷ Em 1976, Bernard Huet (1932-2001), editor chefe, desafiou Hestnes Ferreira a, com o apoio de Manuel Miranda organizarem um número temático sobre Portugal.

Caixas de Previdência (FCP) e no GTH, na execução do projeto de habitação social para os Olivais. Vinte anos mais tarde, no âmbito do SAAL, é chamado a desenvolver o Bairro do Pego Longo (1975-1977), localizado em Sintra (d'Almeida e Marat-Mendes, 2022).

Conforme testemunhado pelo arquiteto, o trabalho de investigação desenvolvido no LNEC serviu de base teórica e científica para fortalecer a sua prática arquitetónica, no seu próprio atelier (Cabral, 10/10/2018). No projeto do Pego Longo, para cerca de 500 famílias, a influência de tal investigação é visível no modo como vai distribuir as habitações no território, cuja opção advém de reivindicações dos moradores, mas também do conhecimento profundo acerca de outras intervenções habitacionais de grande escala, nomeadamente dos conjuntos residenciais da FCP, analisadas por Costa Cabral no LNEC (Cabral e Portas, 1968).

O terreno pertencia a um proprietário, que alugava pequenos lotes para a execução de construções clandestinas e precárias, embora inscritas na matriz e pagando um pequeno imposto. A fase preliminar do inquérito às famílias, no sentido de encontrar as suas necessidades e aspirações, foi desenvolvida por uma equipa inicial⁸, entretanto dispensada por não respeitar a vontade de permanecer no local e a preferência por construção de habitações unifamiliares, individualizadas. Neste sentido, a participação da população levou Costa Cabral e a sua equipa⁹, em agosto de 1975¹⁰, a iniciar a operação com uma proposta mais próxima das aspirações da população residente. Assim é delineado um conjunto de habitações unifamiliares de um só piso, com área de logradouro para cultivo. Esta atividade tinha real expressão na economia de cada família pois, na sua maioria, eram populações rurais emigrantes da zona norte do País, pelo que estavam habituados a um contacto próximo com a terra.

No início da obra, em agosto de 1977, previa-se a construção de cerca de 130 fogos (novos e a recuperar), contudo, foram construídas somente cerca de 100 habitações-tipo na área circundante expropriada, e cerca de 50 no núcleo inicial. Em 2018 ainda permaneciam alguns lotes vazios.

O Plano de Pormenor, que abrangia uma área mais ampla em redor do núcleo de barracas, tinha em vista a expropriação total, de modo a permitir a execução de habitações nos terrenos não ocupados, e assim libertar os lotes de terreno. As habitações, tanto no exterior do bairro como no seu interior, deviam ser executadas em regime de autoconstrução, facilmente adaptável ao tipo de habitação proposta. Contudo, o processo foi longo e condicionado pela própria capacidade de autoconstrução, muito limitada aos feriados e fins-de-semana, bem como pelas condições de financiamento, dependentes dos subsídios do processo SAAL e das capacidades económicas de cada agregado familiar¹¹.

Existe uma diferença fundamental entre as habitações construídas fora do núcleo inicial do bairro e as construídas dentro desse núcleo inicial. As primeiras obedecem a um projeto tipo, com tipologias de T0 a T4, com predominância de T2 e T3; as do interior do bairro têm um projeto específico, diferente de caso para caso,

⁸ Liderada por António Portugal, entre 15 de agosto de 1975 e 20 janeiro 1976.

⁹ Mário Costa e Crespo, Bernardo Leitão.

¹⁰ Publicação dos estatutos no D.R.: 75/08/07.

¹¹ Uma entidade religiosa auxiliou os moradores na construção de algumas das habitações e do equipamento social.

em função das condições e configurações do local e das necessidades do agregado familiar. Resultam assim bandas de fogos unifamiliares, que ganham uma cave semienterrada nas situações de encosta (figura 6).

A localização da cozinha no ponto central, foi a ideia base para o desenvolvimento do projeto, reduzindo ao mínimo as circulações individualizadas, de modo a garantir uma espacialidade maior a habitação (figura 7). Após a extinção do SAAL, esta intervenção passou para a tutela da Câmara Municipal de Sintra.

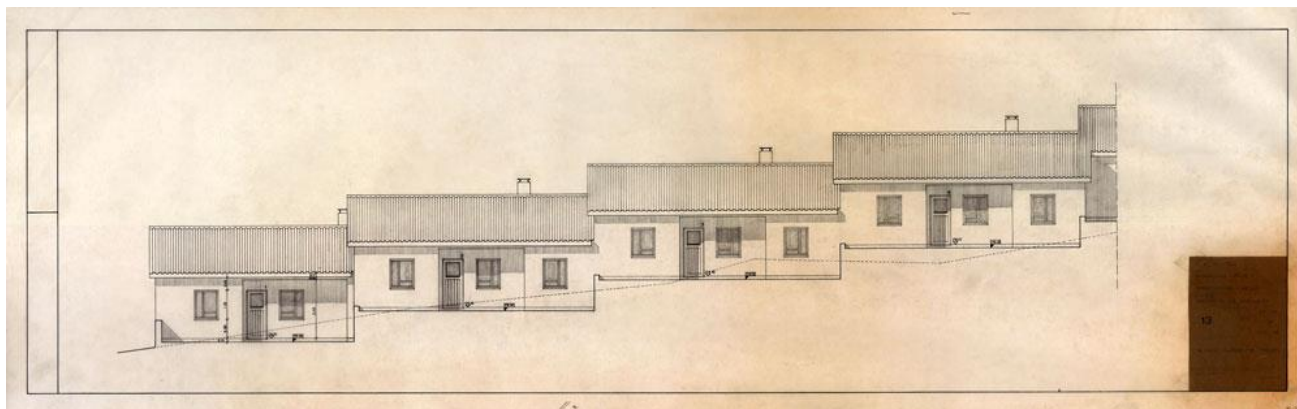


Fig. 6 – Alçado Conjunto. Fonte: © Fundação Marques da Silva, Bartolomeu Costa Cabral

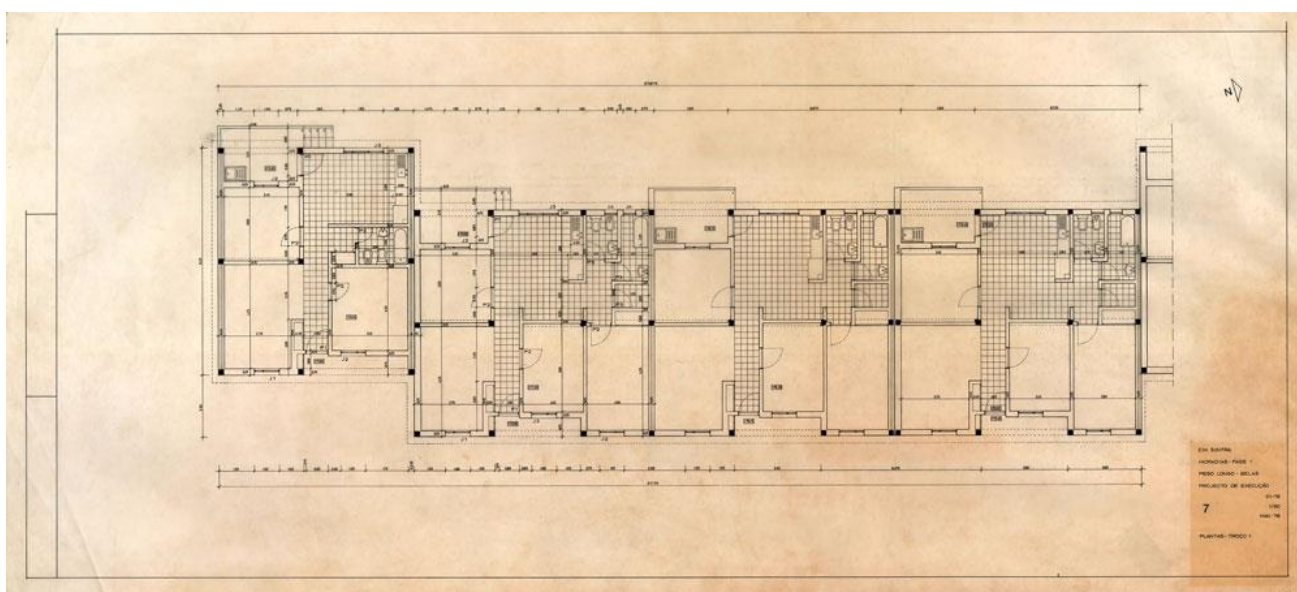


Fig. 7 – Planta Tipo. Fonte: © Fundação Marques da Silva, Bartolomeu Costa Cabral

3. Transformações metabólicas: Discussão

As intervenções de requalificação nos Bairros Fonsecas e Calçada e no Pego Longo, promovidas pelos municípios de Lisboa e Sintra, em 2016 e 2017, respeitaram a participação da população e permitiram a requalificação dos espaços públicos, a melhoria das condições de acessibilidade pedonal e viária, proporcionando um incremento da qualidade de vida destas populações.

O fator participativo associado a esta operação manteve Hestnes Ferreira fortemente ligado ao bairro, desde o momento da sua construção, ao longo de quatro décadas, oferecendo inúmeros apoios aos moradores para a concretização de pequenas alterações. Em termos de alterações às condições iniciais destes fogos, verifica-se que estas limitaram-se sobretudo à reconfiguração da cozinha. Alguns moradores decidiram propor uma alteração no desenho base. Assim, em vez de 2 balcões opostos, optaram pela ocupação da parede maior para a colocação dos armários, enquanto outros optaram por eliminar o espaço destinado à despensa. Quanto à abertura de novos vãos ou o encerramento de vãos existentes, não registamos qualquer alteração. Em 2016 foi concluído o processo (BIP/ZIP58)¹² para este Bairro. Foi então possível a regularização da situação da construção. Tendo-se procedido ao levantamento e legalização de todos os edifícios através da emissão das respetivas Licenças de Utilização e da elaboração de Bilhetes de Identidade para os 355 fogos.

Em fevereiro de 2017 foi aprovado o concurso público para a requalificação dos espaços públicos do Bairro Pego Longo, no âmbito do Programa Estratégico de Desenvolvimentos Urbano (PEDU). Correspondendo a quinze zonas de intervenção num total de 18.460.000 m², com o objetivo de, segundo o presidente da Câmara Municipal de Sintra, Basílio Horta (n. 1943), “requalificar os espaços públicos com especial atenção aos destinados ao convívio, ao lazer e à melhoria das condições de acessibilidade pedonal/viária, proporcionando em incremento da qualidade de vida desta população... e incluir uma área de horta solidária com vinte talhões individuais, com uma dimensão aproximada de cinquenta metros quadrados” (Tavares, 2019). Para a escolha das áreas a intervencionar foram auscultados os residentes do Bairro, contando com a colaboração da Fundação Aga Khan, da Associação Olho Vivo, do Centro Social da Sagrada Família e da União de Freguesias de Queluz e Belas.

Estes dois bairros constituem retratos vivos de adaptação de modos de vida às circunstâncias e evolução dos tempos. Cada um evoca, nos seus planos originais, preocupações para com as atividades e usos diários dos seus moradores, mas também os ideários à época em que os mesmos foram construídos, quer dos arquitetos e dos moradores que participaram desde o início nos seus projetos. As principais transformações registaram-se no espaço da cozinha, no sentido de dar resposta a um aumento da área da mesma, para acomodação dos novos equipamentos de apoio às atividades domésticas. Outras alterações no interior das habitações foram também identificadas nos espaços de entrada das habitações. Assim, identifica-se a eliminação da tradicional entrada e a sua anexação a outros espaços da casa, sobretudo a sala ou cozinha. É no exterior que as transformações metabólicas se encontram mais visíveis, através da construção da horta solidária, que possibilita novas oportunidades de regeneração urbana e de aprovisionamento alimentar, bem como lugares de encontro social, com vantagens socio-ecológicas (metabólicas) evidentes.

Da perspetiva ecológica, as transformações que maior visibilidade teve foram sobretudo aquelas que dizem respeito ao aumento do uso da água e do solo, mas também no que concerne ao consumo elétrico, através da inclusão de novos equipamentos domésticos e no aumento do volume de lixo. Não se identificam, todavia, nestas habitações ou bairros nenhum exemplo de solução/transformação arquitetónica ou técnica

¹² A Carta dos BIP/ZIP foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa em março de 2011, com 67 bairros e zonas de intervenção prioritária.

(infraestrutural) que tenham procurado contribuir para uma redução dos resíduos ou volumes de água para uso doméstico. Propostas nesse sentido poderão acautelar de futuro um comportamento metabólico mais eficiente.

4. Conclusão

Estas três intervenções SAAL não evoluíram de idêntica maneira nem apresentam os mesmos resultados. Enquanto a intervenção para o Bairro da Prelada, nunca chegou a ser construída, em oposição, as intervenções para os Bairros Fonecas e Calçada e o do Pego Longo, prolongaram-se no tempo e no espaço. O envolvimento ativo dos arquitetos, especificamente junto dos moradores destes dois últimos bairros, promoveu a continuidade do seu trabalho e ideários espaciais junto dos moradores. A aquisição de conhecimentos vastos sobre diversos tipos de habitação (em Portugal e no mundo), fossem estes adquiridos a título profissional ou académico, conduziram também a diferentes soluções tendo também influenciado a própria comunidade civil, os moradores.

A prática dos projetos participativos foi transposta para a atualidade. Algumas Câmaras Municipais reconhecem a importância de seguir o modelo participativo para intervir nos bairros, embora com recurso a novos instrumentos de governança e de planeamento. Em Lisboa, a intervenção ao abrigo do programa BIP/ZIP pela Câmara Municipal, conseguiu recuperar os espaços exteriores e ao mesmo tempo legalizar e emitir as licenças de habitabilidade de cada um dos fogos do bairro. Em Sintra, o município foi mais interventivo e com recurso ao Programa Estratégico de Desenvolvimentos Urbano (PEDU) tendo requalificado os espaços públicos, melhorando as condições de acessibilidade pedonal/viária e incluindo uma área de horta solidária.

Passados 50 anos destas intervenções urbanas, os bairros SAAL apresentam-se como conjuntos habitacionais que testemunham uma importante parte da História do habitar em Portugal. O período da sua construção coincidiu com um momento de agitação social perante as problemáticas ambientais (SPIRN, 1984) e a introdução ao conceito de desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987).

Financiamento:

Este artigo resulta da investigação em curso, “Learning from the past: the importance of former housing participatory production for the coming years” (2021.02417.CEECIND); do projeto de pós-doutoramento intitulado “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura” (SFRH/BPD/117167/2016), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através do programa de financiamento FSE; e do projeto não financiado ‘Lições desde a Periferia. Intervenções territoriais enquanto oportunidades sociais, económicas e ambientais para a sustentabilidade urbana’.

Agradecimentos:

As autoras agradecem à FIMS pelo material disponibilizado dos acervos dos arquitetos Távora, Hestnes Ferreira e Costa Cabral; ao LNEC pela permissão para aceder aos seus arquivos e documentação arquivada no âmbito do projeto de pós-doutoramento.

Bibliografia

- AAVV (1961). *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- BANDEIRINHA, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BRUNDTLAND, G.H. (1987) *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Geneva, UN-Dokument A/42/427.
- CABRAL, B. C. (10/10/2018) "A Investigação e a Prática da Arquitectura", *I Ciclo de Palestras: Investigar Arquitectura e Urbanismo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil*, Patrícia Bento d'Almeida e Teresa Marat-Mendes (coord.), Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.
- CABRAL, B. C. e PORTAS, N. (1968) *Racionalização de soluções de organização de fogos. Formas de agrupamentos da habitação*. Lisboa: LNEC.
- COSTA, A. A. (2002) *A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano*. J – A, publicação bimestral da Ordem dos Arquitectos, 204, 9-16.
- D'ALMEIDA, P. B. e MARAT-MENDES, T. (2022). Housing matters in the 1970s: foundations, legacies, and impacts from the national laboratory for civil engineering's research in Portugal. *Planning Perspectives*, published online. <http://doi.org/10.1080/02665433.2022.2101142>
- D'ALMEIDA, P. B.; MARAT-MENDES, T. e TOUSSAINT, M. (2022). Portugal's Rising Research in Architecture and Urbanism: The Influence of International Research Centers and Authors. *Journal of Urban History*, Volume 48, Issue 4 (First Published November 12, 2020), 807-834. <http://doi.org/10.1177/0096144220968078>
- FERNANDES, E. (2010). *A Escolha do Porto: contributos para a atualização de uma ideia de Escola*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho (documento não editado).
- FERREIRA, R.H. (1976). *Le 25 Avril 1974 ... et les Architectes*. *L'Architecture d'Aujourd'hui*, (185), 58-59.
- FERREIRA, R.H. (2007). *Intervenção SAAL Coimbra* (documento não editado), 1-8.
- SHOVE, E. (2010). *Governing transitions in the sustainability of everyday life*. *Research Policy*, 39 (4), 471-476.
- SARAIVA, A. (2011). *A influência de Louis I. Kahn na obra de Hestnes Ferreira*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Coruña (documento não editado).
- SARAIVA, A. (2018). *Tempo e espaço no Bairro Fonsecas e Calçada: A experiência urbana de Raúl Hestnes Ferreira*. In Calix, T., Fernandes, A. S., Sucena, S., Travasso, N. and Moreira, B. (Ed.), *PNUM 2018: A produção do território: Formas, processos, desígnios*, 919-930.
- SARAIVA, A. (2022). *The UNOR 40 plan (1971-1972) by Hestnes Ferreira: As a more structured expansion proposal for a planning unit in Lisbon*. In A. V. Milheiro, & A. S. Fernandes (Eds.), *Colonial and Postcolonial Landscapes: Architecture, Cities, Infrastructures - I International Congress: Proceedings*, 138-148.
- SPIRN, A. W. (1984). *The granite garden: urban nature and human design*. New York: Basic Books.
- TAVARES, J. (27 junho 2019), *Pego Longo tem novo parque urbano e bairro requalificado*. *Sintra Notícias*, publicação online, <https://sintranoticias.pt/2018/01/27/vai-nascer-um-novo-bairro-no-pegno-na-freguesia-queluz-belas/>
- TÁVORA, F. (abril 1976) *Memória descritiva*. (documento não editado).
- VIEIRA, A.S., et all. (1976) *SAAL - Zona de São Victor, Porto*. *Lotus International*, 13, 80.